



REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(do Sr. Ságuas Moraes e Outros)

Solicita que seja criada a **Subcomissão
Permanente de Políticas Públicas de
Prevenção e Combate às Drogas.**

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação da Subcomissão Permanente de Políticas de Prevenção e Combate às Drogas.

JUSTIFICATIVA

A proposta em epígrafe tem por objetivo inserir a discussão e proposição de Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Drogas de forma permanente na agenda política e legislativa do Parlamento, através da criação de uma Subcomissão Permanente. Temos plena convicção que o problema do uso das drogas deve ser encarado como uma discussão prioritária durante o exercício dos nossos mandatos, não somente pela sua preocupante massificação e graves consequências sociais, econômicas e epidemiológicas, que o constituem numa questão complexa que requer uma intervenção decisiva, interinstitucional e contundente.

É imprescindível que o Parlamento aprofunde seu olhar e discussões sobre esta realidade. Se as drogas batem diária e diuturnamente às portas dos nossos lares, nossas escolas, comunidades urbanas e rurais e nos mais diversos ambientes, deduz-se que se torna imperiosa a nossa urgente intervenção, no sentido de contribuirmos na elaboração de uma política pública de prevenção e de combate, sustentada em ações, e programas que compreendam a tríade Prevenção, Repressão e Saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação e Cultura

Nesse sentido, a ação governamental além de reforçar as atividades de combate e repressão ao tráfico, também precisa fortalecer e criar alternativas de inclusão social e incentivos às nossas crianças, adolescentes e jovens, como forma de contrapor ao sedutor mundo das drogas, aprofundando a parceria junto ao Ministério da Educação (MEC) para ampliar a oferta de Educação em período Integral e acelerar o processo de implementação do Ensino Médio Profissionalizante, já iniciado em 2007 pelo MEC. É preciso dar um basta urgente às cracolândias que se instalam nas grandes capitais e cidades de porte médio e este Parlamento não pode se furtar a este debate.

Por outro lado, também é fundamental que o Sistema Público de Saúde desenvolva uma política de atendimento aos usuários de drogas, considerando-os como doentes que requerem atendimento especializado e humanizado, descartando qualquer tipo de responsabilização individual e/ou discriminação. É também urgente fortalecer as ações de educação em saúde que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo nesta área de prevenção/combate ao uso de drogas.

O uso das diversas drogas cresce, de forma preocupante, induzindo-nos a crer que a nossa luta por uma sociedade de paz e justa corre o risco de fracassar se persistirmos à idéia de que devemos apenas agir em momentos de comoção ou tragédia.

Reconhece este estreante parlamentar que o Governo Federal tem envidado esforços, no sentido de fortalecer institucionalmente o Conselho Nacional Antidrogas. Não obstante, há que ressaltar que qualquer debate ou intenção de se implantar uma política pública deve levar em consideração não só o combate ostensivo ao tráfico, mas também uma política inclusiva que possibilite a participação efetiva da sociedade brasileira.

Por mais que possamos reconhecer os esforços dos governos federal, estaduais e municipais neste enfrentamento, se não sensibilizarmos e fortalecermos a participação da população, estaremos fadados ao fracasso.

Daí, torna-se imperiosa a inserção do Parlamento Brasileiro nos debates e na formulação permanente de políticas públicas também neste âmbito, por entender que esta Casa de Leis é o lugar mais propício, democrático e multifacetário do ponto de vista da representação social e institucional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação e Cultura

É certo e inquestionável que o fenômeno de endurecimento das leis penais não teve força suficiente para coibir o tráfico. Uma prova que a repressão *per si* não foi e não será suficiente para proteger os nossos filhos e filhas desta ameaça letal.

É urgente colocarmos o tema na agenda política e legislativa para tratarmos este assunto com a devida seriedade, de forma incansável e suprapartidária ou estaremos assistindo o flagelo de vidas tenras, jovens e adultas que tanto nos chocam e nos impõem a sensação de impotência institucional, psicológica e ética.

Sala das Comissões, de de 2011

SÁGUAS MORAES

Deputado Federal - PT/MT

ARTUR BRUNO

Deputado Federal - PT/CE